



Índice

- 01** MPF e SEDUC discutem sobre o concurso para professor indígena em Rondônia
- 02** Questão da terra indígena é uma das preocupações do agronegócio para 2014
- 03** Constituição não é clara sobre demarcação de terras indígenas, diz deputado
- 04** Utilização da dívida ativa para compra de terras indígenas é proposta por Jerson Domingos
- 05** Bancada ruralista tem maioria na comissão que vai discutir demarcação indígena
- 06** CNA lança site TERRAS DO BRASIL
- 07** Comunidades ribeirinhas querem alternativas para pescadores do Rio Madeira
- 08** Corumbá leva programa habitacional para assentados, ribeirinhos e indígenas
- 09** O silêncio das autoridades públicas diante de afrontas aos direitos constitucionais
- 10** Os índios são especialistas em fim do mundo, diz o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro
- 11** Barragem no Rio Piracicaba acabará com quatro gerações de pescadores
- 12** Justiça irá indenizar pessoas que eram usadas como cobaias no Amapá
- 13** Serraglio será o relator da PEC das demarcações indígenas
- 14** Presidente Dilma comparece ao Fórum Mundial de Direitos Humanos
- 15** Otsubo defende leilões da resistência pelo país para evitar que índios invadam



propriedades rurais

- 16** PEC opõe índios e ruralistas
- 17** Índios da etnia Arara bloqueiam ponte que liga Aripuanã a Conselvan na MT 208
- 18** Em resposta à nota do Cimi, blog Questão Indígena retomará temporariamente as atividades
- 19** Presidente da Câmara Instala e cancela comissão para demarcação de terras indígenas
- 20** Aldo Rebelo discute Mundial Indígena com Comitê Intertribal
- 21** Entre índios e fazendeiros, a promessa do Governo Federal
- 22** Produtores rurais destacam que não recebem indenização por terras demarcadas
- 23** Questão Indígena: MS confia em solução do Governo federal e espera ser exemplo para todo o Brasil
- 24** Estudantes indígenas de Roraima conhecem técnicas de piscicultura no Inpa
- 25** Orlando, o cacique branco do Xingu
- 26** PSOL defenderá indígenas em comissão que pretende alterar demarcação de terras
- 27** Com 'Mais Médicos', índio formado em medicina realiza sonho de atender comunidades indígenas
- 28** PEC que muda demarcações fere direito indígena, diz Maria do Rosário
- 29** Pescadores artesanais do Paraná avançam na luta pelos Territórios Pesqueiros
- 30** Leilão da Resistência. "Os fazendeiros irão cumprir a ordem judicial?" Entrevista



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

especial com Michael Mary Nolan

- 31** Comunidades Quilombolas e biodiversidade no Maranhão
- 32** Em Londres: índio do Acre denuncia invasão de terras, influência do álcool na comunidade e pede respeito ao governo brasileiro
- 33** Produtores rurais protestam em frente ao Ministério da Justiça



MPF e SEDUC discutem sobre o concurso para professor indígena em Rondônia
SÍTIO PR/RO, 11.12.2013

Secretaria informou que já possui organizadora do concurso e quantitativo de vagas para professores

A educação formal bilíngue nas aldeias foi o tema de uma reunião hoje, dez de dezembro, entre o procurador da República Raphael Bevilaqua e o secretário de Educação Emerson Castro. O concurso público para professores indígenas é uma reivindicação antiga das 57 etnias de Rondônia. Durante a reunião, o procurador pediu que o secretário informasse o cronograma para a realização do concurso.

Em 2010 foi criada uma lei específica que regulamenta a carreira de professor indígena em Rondônia. A lei foi aprovada na Assembleia Legislativa a partir de um projeto do Poder Executivo, elaborado por uma ação conjunta de indígenas, Ministério Público Federal (MPF), Seduc, Funai, Unir, Conselho Indígena Missionário (Cimi), Conselho de Missão entre Índios (Comin) e Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado.

“O próximo passo é a concretização do concurso de professor indígena, que prevê respeito às especificidades de cada etnia. Para o MPF, este concurso representa um marco no país, pois pode ser o primeiro a ser efetivamente realizado, dando uma nova perspectiva para a educação escolar indígena”, afirmou o procurador.

O secretário Emerson Castro disse que informará em breve o novo cronograma para a realização do concurso. Ele acrescentou que já há uma organizadora para elaboração do certame, bem como o quantitativo de vagas a serem ofertadas inicialmente.

Fonte: MPF/RO



Questão da terra indígena é uma das preocupações do agronegócio para 2014

SÍTIO JORNAL DE BRASÍLIA, 11.12.2013

A questão indígena é uma das maiores preocupações da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para 2014, entre os problemas do setor, e a entidade passou a utilizar imagens de satélite para usar como prova de irregularidades nas demarcações de reservas em áreas já ocupadas e trabalhadas por agricultores nas terras reivindicadas pelos índios.

A informação é da presidenta da CNA, senadora Kátia Abreu, ao fazer hoje (11) um balanço do agronegócio em 2013 e tratar das perspectivas para o próximo ano. Ela disse que dificilmente 2014 será melhor para o setor do que este ano, em que números positivos “traduzem a competitividade da nossa agropecuária”, em que houve um crescimento de 3,56% no Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio, que pode encerrar o ano com um valor de R\$ 1,02 trilhão.

De acordo o balanço da CNA, o valor bruto da produção (VBP) do setor agropecuário pode crescer 3,2% em 2014, em comparação com 2013, e chegar a R\$ 438,2 bilhões, e o crescimento só não será maior em função de alguns indicadores do cenário externo.

Segundo a presidenta da CNA, o bom desempenho da agricultura brasileira mudou até mesmo a visão dos políticos em relação ao setor, tanto que “antigamente nós tínhamos que correr atrás dos candidatos a presidente da República e agora são eles que correm atrás de nós”. De acordo com Kátia Abreu, a CNA vai atualizar o manual contendo as posições da agricultura que entregou aos candidatos à Presidência e fazer a entrega do documento aos futuros concorrentes no momento oportuno.

“Este ano, o agronegócio colheu os frutos do diálogo republicano com o governo federal na aprovação do Plano Agrícola e Pecuário que marcou um novo tempo no crédito rural, no seguro agrícola, na inovação e no financiamento à produção. Houve reconhecimento ao mais dinâmico setor da economia, que sustenta a balança comercial brasileira e é responsável por 22,80% do PIB nacional”, disse a senadora.

Ela ressaltou também o crescimento das exportações Agrícolas, principalmente para a China, e declarou esperar que a visita do presidente chinês ao Brasil, no próximo ano, sirva para acabar com o embargo daquele país à carne brasileira “que é muito melhor do que a australiana (que os chineses importam)”. E para ajudar a mudar essa situação, em 2014, a presidenta da CNA vai levar à China empresários de churrascarias brasileiras para demonstração da qualidade do produto nacional.

Nessa linha de ação, a CNA investiu no mercado chinês, este ano, levando uma missão empresarial a Pequim e Xangai e inaugurando um escritório de representação em Bruxelas. Kátia Abreu ressaltou que os números positivos traduzem a competitividade da agropecuária

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

brasileira, “mas ainda é preciso superar fortemente os gargalos da logística e do armazenamento que sufocam a produção agrícola. Só assim facilitaremos a atração dos investimentos internacionais para novos projetos produtivos e concessões já estabelecidas”.

Fonte: Agência Brasil



Constituição não é clara sobre demarcação de terras indígenas, diz deputado
SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 11.12.2013

Em debate da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural sobre as demarcações de terras indígenas no País, parlamentares defenderam, há pouco, a Proposta de Emenda à Constituição que submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação (PEC 215/00). A comissão especial para analisar a proposta foi instalada ontem à Câmara, em meio a protestos de indígenas.

O seminário, proposto pelo deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), presidente da Frente Parlamentar de Agricultura, reúne produtores rurais de todo o País contra as demarcações de terras indígenas no País.

Para o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), a Constituição está sendo atualmente interpretada erroneamente, no caso da demarcação de terras indígenas. "A demarcação foi regulamentada pelo Decreto-lei 1.775/96, e não por um projeto de lei complementar", destacou. "Isso permite às pessoas se auto-declararem indígenas e, assim, irem atrás de terras", completou. "Se a Constituição não está clara, vamos mudar a Constituição e deixar claro o que é terra indígena e o que não é; cabe ao Congresso fazer isso", afirmou. Para ele, só deve ser considerada terra indígena aquela onde havia índios em 1988, quando a Constituição foi promulgada.

Colatto lembrou que, no caso de emendas constitucionais, é o Congresso que aprova e sanciona. Portanto, na sua visão, isso não é assunto de governo. Ontem, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, manifestou a posição contrária do governo à proposta, por considerá-la inconstitucional. O parlamentar também conclamou os agricultores a lutar pelo seu direito de propriedade, garantido pela Constituição.

Mobilização de agricultores

O deputado Giovani Cherini (PDT-RS) disse que os produtores rurais têm que se mobilizar permanentemente pelos seus direitos, no Congresso e em órgãos do Executivo e Judiciário, como fazem os índios. "Todo mundo aqui tem medo de índios, que invadem o Plenário da Câmara, invadem o Palácio do Planalto, e eles têm que ter medo de nós também", afirmou. Segundo ele, o índio também é uma vítima: "Ele recebe sua terra, e isso não resolve seu problema", salientou.

O deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR) também destacou que os índios são abandonados pelo Poder Público após a demarcação de suas terras. Segundo ele, isso aconteceu na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. "Os agricultores têm que reagir e lutar por suas terras, porque o governo é contra nós", opinou.

Os parlamentares reclamaram também que os indígenas teriam passagens e hospedagem pagas pela Funai para vir a Brasília reclamar por seus direitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

O debate ocorre neste momento no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Reportagem - Lara Haje

Edição - Daniella Cronemberger



Utilização da dívida ativa para compra de terras indígenas é proposta por Jerson Domingos

SÍTIO TOPMIDIA NEWS, 11.12.2013

Deputado sugere que Governo Federal permita que o Estado utilize 30 milhões para gerar fundo



Foto: Geovanni Gomes

O presidente da Assembleia Legislativa levantou hoje a proposta de utilizar R\$ 30 milhões da dívida ativa do Estado, que hoje paga R\$ 80 milhões por mês, para gerar fundo voltado para resolução dos conflitos indígenas.

Para ele, já que a União não pode comprar terras que são deles mesmo, então propões que o Estado as compre. "Em dez meses teríamos 300 milhões, que acredito que seja

necessário para resolver este assunto. Depois podemos dividir esta dívida em 240 meses, totalizando 20 anos", explicou.

Assim, a União emprestaria o dinheiro para o Governo do Estado. "Se a União quiser, tiver vontade, ela pode fazer isso", frisa.

Porém, a melhor alternativa levantada pelos dois governos é o Fepati (Fundo Estadual para Aquisição de Terras Indígenas), que prevê que o Estado possa captar recursos para a compra de terras consideradas indígenas.



Bancada ruralista tem maioria na comissão que vai discutir demarcação indígena
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 11.12.2013

A maioria dos integrantes da comissão especial da Câmara que vai discutir a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que transfere do Executivo para o Congresso a demarcação de terras indígenas é integrante da bancada ruralista, inclusive o relator --Osmar Serraglio (PMDB-SC).

A comissão será presidida pelo deputado Afonso Florence (PT-BA), que já foi ministro do Desenvolvimento. Os trabalhos da comissão serão iniciados na próxima terça-feira (17), mas serão suspensos no recesso parlamentar, que começa no dia 23.

Florence disse que vai tentar "criar um ambiente político para a expressão das diferentes posições" em busca do consenso possível. "A indicação é feita pelos partidos, e eu tenho que conduzir a comissão considerando as diferentes posições presentes", afirmou.

"É uma comissão empossada e vamos trabalhar buscando reduzir as zonas de atrito e buscar uma solução compatível com o interesse nacional, preservando os interesses indígenas, ouvindo os produtores (rurais) e buscando a mediação necessária", completou.

O relator disse que é preciso ter coragem para discutir o tema. "O mais desafiador, provavelmente, será a questão da manifestação do Congresso em relação à criação de cada reserva (indígena). Isso provavelmente vai acirrar os ânimos", disse. "Quem abre a Constituição vê que, neste País, para colocar uma usina hidrelétrica ou extrair minério em reserva indígena, quem autoriza é o Congresso Nacional, sem sanção da Presidência da República. Imagina se o Congresso não tem atribuição para estabelecer demarcação de terra indígena", ressalta.

A eleição do comando da comissão especial foi feita com segurança reforçada, diante da presença de indígenas e de agricultores com camisetas da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária.

Os produtores rurais vestiam camisetas da CNA com as inscrições: "Onde tem justiça tem espaço para todos". Indígenas levaram cartazes com fotos de violência contra os índios e com a frase "Congresso: respeite os indígenas". Também distribuíram um manifesto, em inglês e espanhol, com críticas à construção de hidrelétricas nos limites de terras indígenas.

Houve bate-boca apenas no final da reunião. Integrante da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, o deputado Padre João (PT-MG) disse que essa proposta não deve avançar. "A instalação dessa comissão especial não pode significar uma derrota dos povos indígenas. Não existe nenhuma política pública sem primeiro garantir a terra."

Povos indígenas que acompanhavam a sessão chamaram alguns parlamentares de assassinos. O governo é contra a Proposta. Atualmente, a demarcação é feita pela Funai (Fundação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

Nacional do Índio), antes da palavra final do Planalto. Os ruralistas querem tirar os poderes da fundação por acusá-la de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores.

Os indígenas também estão descontentes com o órgão e reclamam da demora nos processos de demarcação.



CNA lança site TERRAS DO BRASIL

SÍTIO FAENG, 11.12.2013

A CNA lançou, hoje, o hotsite Terras do Brasil para mostrar a origem dos conflitos pela demarcação de novas terras indígenas do País, o que dispõe a nossa legislação e a jurisprudência estabelecida pelas decisões do STF (Supremo Tribunal Federal), as responsabilidades da Funai (Fundação Nacional do Índio) na questão e os impactos econômicos e sociais gerados sobre as áreas produtivas do País.

“Direito de propriedade, direito de todos os brasileiros” diz o novo site, que quantifica o conflito: enquanto 499,7 mil índios ocupam 110,9 milhões de hectares, 10,1 milhões de produtores rurais utilizam 236 milhões de hectares para produzir alimentos, o que representa 135,2 hectares per capita nas áreas indígenas e 23,4 hectares per capita nas áreas rurais.

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, lembra que as terras indígenas no Brasil são aquelas existentes e ocupadas até 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Carta Magna, que também estipulou prazo de cinco anos a partir de então para identificar as terras indígenas no País. Entretanto, nos 25 anos de Constituição, o número de terras indígenas aumentou 588%. “Isso foi totalmente desrespeitado e hoje temos 13% do nosso território ocupado por terras indígenas”, afirmou.

Regiões atingidas

O novo site mostra, ainda, as regiões mais atingidas pelos conflitos, especialmente o Cerrado, no Centro-Oeste, o grande celeiro do Brasil, onde existem 17,6 milhões de hectares de terras indígenas e 105,4 milhões de hectares ocupados por produção agropecuária. É nesta região que a Funai está criando e ampliando áreas, atingindo propriedades tituladas, tanto de pequenos quanto de grandes produtores. O quadro mais grave está no Mato Grosso do Sul, atingido por 80 invasões indígenas, em 22 municípios, fomentadas por Ongs internacionais, entidades religiosas e pela própria Funai, que lidera as demarcações de terras.

O desrespeito aos preceitos legais agrava o quadro de insegurança jurídica no campo. Terras do Brasil mostra o histórico da questão e as mudanças que ocorreram na condução oficial do assunto ao longo do tempo. Registra, ainda, o início do conflito, com a Constituição de 1988, que passou a considerar propriedade da União as terras identificadas como indígenas e nulos os títulos de propriedade já existentes sobre elas. A nova Carta também designou o poder Executivo como responsável pela identificação das terras indígenas. Por meio de decretos, foi instituído um processo administrativo de identificação dessas áreas, delegado à Funai.

Portaria do Governo

Muitos produtores têm títulos legítimos de terra que remetem ao século XIX, mas esses documentos são postos em xeque por diferentes políticas consideradas altamente questionáveis pela CNA. Recentemente, o Governo enviou para discussão com o setor proposta

CONT.



de portaria regulamentando o funcionamento de um grupo de trabalho que ficará responsável pela gestão das demarcações. Assim, a Funai deixa de ser a única autoridade a definir critérios para a criação ou ampliação de áreas indígenas, passando a dividir essa responsabilidade com os Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Desenvolvimento Social e das Cidades, e da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa). Caberia ao grupo analisar todos os casos, fiscalizar a atuação da Funai e dar maior transparência aos laudos antropológicos.

“Não é admissível que a Funai demarque sozinha qualquer área pretendida”, afirma a presidente da CNA. Para a senadora Kátia Abreu, governadores e prefeitos devem se amparar nas condicionantes 17 e 19 da Pet. 3.388/RR, do STF, referente ao julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), reafirmadas na Portaria 303/2012 da AGU (Advocacia Geral da União). “A legislação é clara. O Supremo defende a participação dos entes federados no procedimento de demarcação e deixa claro que área demarcada não pode ser ampliada”, enfatizou.

Análises técnicas da CNA indicam, no entanto, que a portaria proposta pelo Governo ainda é insuficiente para garantir a necessária transparência aos novos processos de demarcação. A entidade sugeriu uma série de alterações ao texto legal e aguarda acolhimento pelo Ministério da Justiça.

Ações necessárias

Os conflitos promovidos pelas demarcações da Funai podem causar prejuízos irreparáveis às diversas regiões produtoras do Brasil. Quem acessar o novo hotsite da CNA também poderá verificar o que os produtores rurais defendem para solucionar a questão e devolver a paz ao campo:

- Imediata suspensão dos processos de demarcação das terras indígenas;
- inclusão de outros órgãos, além da Funai, na análise dos processos;
- revalidação da Portaria da AGU 303/2012, que determina aos órgãos da administração pública federal o cumprimento das 19 condicionantes do julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol;
- indenização das terras nuas tomadas dos produtores rurais legalmente titulados – para serem destinadas aos índios – e não somente das benfeitorias;
- uso dos 40% do território nacional pertencentes à União para criar e ampliar áreas indígenas, em vez dos 27,7% de área de produção agropecuária, com imensos prejuízos sociais e econômicos ao País;
- regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- aprovação do PLS nº 349/2003, da senadora Kátia Abreu, para coibir o esbulho, a turbacão e a invasão motivados por conflitos agrário ou fundiário;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

-
- aprovação da PEC 215/2000 que estabelece competência exclusiva do Congresso Nacional para aprovação de demarcação das terras indígenas.



Comunidades ribeirinhas querem alternativas para pescadores do Rio Madeira
SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 11.12.2013

Brasília - Esclarecimentos sobre as espécies de peixes que serão afetadas com a construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira (RO), e as alternativas que terão as comunidades ribeirinhas que vivem da pesca na região. Essa é uma das necessidades apontadas por moradores de quatro comunidades que vivem próximas a área onde deve ser construída a usina.

O monitoramento em relação aos níveis de contaminação de mercúrio é outro ponto relacionado pelas cerca de 150 pessoas das comunidades de Sacaca, Boca do Jatuarana, Cachoeira dos Macacos e Porto Seguro, próximas a Porto Velho (RO), que participaram este final de semana de discussões sobre o tema.

No último mês, o Fórum Independente Popular do Madeira encaminhou ao Ministério Público Federal de Rondônia declarações de sete comunidades ribeirinhas em que afirmam que o projeto de construção das usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, não contemplaram de foram satisfatória a participação da população local.

O integrante do fórum, Luiz Novoa, diz que foram realizadas quatro audiências para abranger um área de 350 quilômetros e que o número é insuficiente para esclarecer as dúvidas e ouvir as necessidades dos moradores. "Consideramos muito pouco e a forma como foram realizadas não foi adequada. Não se pode começar um projeto desse sem que essa população seja devidamente consultada e que ao mesmo tempo se incorpore suas preocupações".

De acordo com Luiz Novoa, as mudanças a serem provocadas no rio com a construção das usinas irão afetar a vida econômica e social dos moradores locais. Em respostas às declarações encaminhadas ao poder público, a estatal Furnas Centrais Elétricas e o Ministério Público marcou para esta semana reuniões com as comunidades ribeirinhas. Furnas e a empreiteira Odebrecht são responsáveis pelo estudo de impacto ambiental (EIA) do projeto.

O Fórum Independente Popular do Madeira é formado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e pelas comunidades ribeirinhas das regiões a serem afetadas pela construção das usinas do Rio Madeira. Eles defendem a anulação dos estudos de impacto ambiental realizados pelas empresas responsáveis pela construção das usinas. "Defendemos a inviabilidade social e ambiental desse projeto", afirma Novoa.



Corumbá leva programa habitacional para assentados, ribeirinhos e indígenas
SÍTIO PÉROLA NEWS, 11.12.2013

Atender as famílias ribeirinhas, os pequenos produtores rurais e a população indígena com casa própria. É o que pretende a Prefeitura de Corumbá que já iniciou processo para viabilizar a participação do Município no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que, por decisão da presidenta Dilma Rousseff, passou a integrar o programa federal Minha Casa Minha Vida.

O PNHR está sendo apresentado pela equipe da Superintendência de Habitação da Prefeitura de Corumbá a este público alvo e, esta semana, técnicos concluem os serviços na Aldeia Uberaba, localizada na Ilha de Insua, ao norte de Corumbá, habitada 46 famílias da etnia Guató. "Já estivemos lá na semana passada e estamos retornando para acertar os últimos detalhes e incluir os moradores da aldeia, cerca de 190 pessoas, no programa", explicou o coordenador de Políticas Habitacionais do Município, Elisvaldo Batista Ajala.

Conforme ele, em um primeiro momento, 40 famílias se interessaram em fazer parte do programa. "Essa decisão da presidenta Dilma em vincular o PNHR ao Minha Casa Minha Vida, foi um grande avanço e isto facilitou atender a população residente na zona rural, bem como os ribeirinhos e os indígenas. Por orientação do prefeito Paulo Duarte, estamos centrados agora nos trabalhos visando atender os guatós. Já houve um primeiro contato, quando fizemos um levantamento na região, e estamos retornando para definir mais alguns aspectos, para que eles façam parte do programa", explicou Elisvaldo.

Para Corumbá fazer parte do programa, a Prefeitura está dando todo suporte, com cadastramento das famílias, levantamento de área, bem com o viabilizando a documentação necessária para elaboração do projeto e dar entrada junto à Caixa Econômica Federal.

"A adesão de Corumbá a este programa é resultado da política adotada pelo prefeito Paulo Duarte que tem olhado de forma diferenciada para o setor habitacional, no sentido de atender aquelas famílias que realmente necessitam de uma casa própria, condições digna de moradia. Em um primeiro momento, 40 famílias da etnia Guató demonstraram interesse em fazer parte do programa. Já levantamos inclusive área e, agora, vamos definir os últimos detalhes durante esta viagem", explicou o coordenador.

Ele adiantou que condições dignas de moradia para a população corumbaense é um compromisso assumido pelo prefeito Paulo Duarte não só para quem mora na área urbana, mas também para quem reside no campo e na região ribeirinha, incluindo os indígenas. "Enquanto em grande parte do Brasil acontecem conflitos por terra, aqui a Prefeitura trabalha para construir casas para os guatós", observou.

E não são somente os indígenas os alvos desta ação da Prefeitura. Em um trabalho que envolve a Fundação de Desenvolvimento Urbano e Patrimônio História (a Superintendência de Habitação deve ficar veiculada a esta pasta a partir de 2014), o PNHS está sendo levado para os assentamentos existentes no Município, bem como a várias regiões ribeirinhas.

CONT.



Dias atrás o PNHR foi apresentado à comunidade do Passo do Lontra, na região da Estrada Parque Pantanal Sul, por uma equipe da Fuphan, junto com a Agehab (Governo do Estado) e por uma ONG Puxarará, que integra a organização a nível nacional do programa. A primeira dama e diretora-presidente da Fundação, Maria Clara Scardini, inclusive, acompanhou o encontro.

Na comunidade existem 38 famílias que podem ser contempladas, restando apenas definir a área para construção das casas, que tem que ser em região não alagável. O programa será levado também ao Porto da Manga e também à região da Barra do São Lourenço. Elisvaldo comentou que já foi feito levantamento nos assentamentos do Município, assim como no Paraguai Mirim. "Estamos intensificando o trabalho. A pretensão do prefeito é que o projeto seja apresentado o mais rápido possível para Corumbá sem contemplada já no início de 2014", concluiu.

Maria Clara tem acompanhado de perto estes encontros. Segundo ela, estão sendo importantes para incluir as famílias que necessitam de moradia digna nesse programa federal. "Estamos vendo possíveis áreas para desenvolver o PNHR e apresentamos como seriam essas unidades habitacionais", comentou, lembrando em seguida que o programa atende toda a população ribeirinha, assentamentos e pescadores artesanais, e que a "proposta do prefeito Paulo Duarte é incluir o maior número possível de famílias no PNHR".

O programa

O Programa Nacional de Habitação Rural é uma modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, regulamentado pelo Ministério das Cidades voltado para a população que vive no campo como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, ou pertence a comunidades tradicionais.

Enquadram-se no PNHR os agricultores familiares e os trabalhadores rurais, além dos pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores, maricultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais. As famílias são organizadas por entidade representativa sem fins lucrativos (município, estado, sindicatos, cooperativa ou associações), que apresenta o projeto para a Caixa Econômica Federal. As propostas devem atender no mínimo 4 e no máximo 50 famílias por grupo.

Essa população deve ser organizada por Entidades Organizadoras (EOs) de caráter público (prefeituras, governos estaduais e do distrito federal, e respectivas companhias de habitação, quando houver), e de caráter privado como entidades representativas dos grupos associativos (entidades privadas sem fins lucrativos, sindicatos, associações, condomínios e cooperativas).

Para famílias com renda anual de até R\$ 15 mil (Grupo I), o valor do subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), é de até R\$ 25 mil para construção e até R\$ 15 mil para reforma. Cada família devolve à União apenas 4% do valor subsidiado, em 4 parcelas anuais (1% por ano – 96% do valor total do projeto é subsidiado).

Famílias com renda anual entre R\$ 15 mil e R\$ 30 mil (Grupos II), podem receber subsídio de até R\$ 7 mil e os valores financiados podem chegar a R\$ 80 mil, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

O valor médio das unidades habitacionais é de R\$ 25 mil – custo mais baixo, em relação às áreas urbanas, pela disponibilidade de terrenos no meio rural e pelo sistema de produção das moradias (mutirão/autoconstrução assistida, administração direta).

Por: Da Redação



O silêncio das autoridades públicas diante de afrontas aos direitos constitucionais
SÍTIO CEDEFES, 12.12.2013

Ao silenciar, o governo compactua com as ofensivas dos ruralistas contra a vida dos povos indígenas, estes que historicamente são discriminados, perseguidos, ameaçados, vitimados por doenças e têm suas lideranças assassinadas em emboscadas, tocaias e em ações de setores que tomam nas mãos o que consideram ser a 'justiça'. O comentário é de Roberto Liebgott da equipe Cimi Sul em artigo publicado no portal do Cimi, 10-12-2013 sobre o 'leilão da resistência' promovido pelos ruralistas no Mato Grosso do Sul.

Realizou-se no dia 7 de dezembro, em Campo Grande (MS), o chamado "leilão da resistência". O evento (que teria o objetivo de arrecadar dinheiro para a contratação de seguranças armados - diga-se pistoleiros - e atacar comunidades indígenas) foi promovido, com ampla divulgação na mídia e internet, pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e, além delas, contou com o apoio e presença de parlamentares, especialmente aqueles vinculados à bancada da agropecuária (ruralistas) do Congresso Nacional.

Os propósitos das entidades ruralistas, de mobilizar "produtores rurais" contra os povos indígenas que lutam pela demarcação de suas terras, bem como seu potencial para incitar a violência direta contra estes povos, vinham sendo denunciados há mais de um mês por organizações da sociedade civil e por lideranças indígenas.

São tão suspeitas as razões para esta iniciativa que Kátia Abreu (presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA - e senadora pelo PMDB) apressou-se em afirmar que não serão criadas milícias e nem adquiridas armas com os recursos arrecadados pelo leilão. A defesa veemente e o uso destes termos indica que esta possibilidade existe, posto que foi pensada e ventilada e precisou ser rebatida. E os recorrentes eventos de violência contra os povos indígenas, envolvendo armas de fogo e jagunços encapuzados já são, por si só, um perigoso indício do que pode vir a ocorrer em nosso país depois destas iniciativas com caráter público, no entanto marcadamente criminosas.

Considerando ser uma ação que põe em risco a segurança e a vida dos povos indígenas e acolhendo uma ação impetrada pelo Conselho da Aty Guasu e Conselho do Povo Terena, em 4 de dezembro de 2013, a juíza Janete Lima Miguel, da 2ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande, determinou que o leilão não fosse realizado. Na decisão, ela argumenta o que se denunciava, ou seja, que o leilão "tem o poder de incentivar a violência (...) e colide com os princípios constitucionais do direito à vida, à segurança e à integridade física". E conclui ainda que "esse comportamento por parte da parte [fazendeiros] não pode ser considerado lícito, visto que pretendem substituir o Estado na solução do conflito existente entre a classe ruralista e os povos indígenas"

CONT.



A 4ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande (MS), depois de acionada pelos representantes dos ruralistas, liberou (no final da noite do dia 6) a realização do tal leilão da resistência. Os indígenas recorreram junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) e, em caráter liminar, o desembargador Lionel Ferreira manteve o leilão desde que as três condicionantes impostas pela Justiça Federal de Mato Grosso do Sul fossem adotadas: 1. O dinheiro arrecadado com o leilão será depositado numa conta judicial e controlado pela Justiça; 2. Os leiloeiros deverão discriminar os nomes dos arrematadores e os valores pagos; 3. A utilização dos recursos arrecadados com o leilão só poderá ser feita depois de a Justiça ouvir o Ministério Público Federal (MPF) e as organizações indígenas Conselho da Aty Guasu e Conselho do Povo Terena.

O que mais chamou atenção, no caso desse leilão criminoso foi o silêncio absoluto do governo federal, especialmente do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, da Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e dos integrantes da Secretaria Geral da Presidência da República, onde estão empoleirados, além do ministro Gilberto Carvalho, o senhor Paulo Martins Maldos, que durante décadas acompanhou toda espécie de violações aos direitos indígenas e hoje, no governo, silencia diante de uma iniciativa que abertamente convoca setores da sociedade civil a unirem-se para angariar fundos específicos e com isso combater direitos indígenas resguardados pela Constituição Federal.

Esses representantes do governo federal são omissos quanto ao leilão criminoso e igualmente responsáveis por toda e qualquer prática de violência que vier a ocorrer contra as comunidades e lideranças indígenas. Lamentavelmente ações de violência passaram a acontecer de forma mais intensa nas últimas semanas em Mato Grosso do Sul, onde lideranças Terena, Guarani e Kaiowá estão sendo ameaçadas de morte e sofrendo atentados. E, no caso do leilão dos ruralistas não há, por parte dos integrantes do governo, como tentar justificar de que não sabiam de nada, uma vez que o evento foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação e anunciado no Congresso Nacional por parlamentares que compõem a base de sustentação do governo federal. Além disso, jornalistas de diferentes agências de notícia informam, nas reportagens divulgadas sobre esse absurdo leilão, que procuraram escutar instâncias do governo, mas que, apesar de inúmeras tentativas não obtiveram sucesso.

Este fato se soma a tantos outros e demonstra que no governo da presidente Dilma os "senhores do agronegócio" estão muito à vontade, dando as cartas em um perigoso jogo no qual se busca barganhar e violar as regras constitucionais. Ao silenciar, o governo compactua com as ofensivas dos ruralistas contra a vida dos povos indígenas, estes que historicamente são discriminados, perseguidos, ameaçados, vitimados por doenças e têm suas lideranças assassinadas em emboscadas, tocaias e em ações de setores que tomam nas mãos o que consideram ser a "justiça".

O governo assume, neste caso, uma atitude omissa em relação aos povos indígenas, que mais uma vez encontram-se ameaçados. E, em relação às terras que estão sendo identificadas como de ocupação tradicional indígena, o governo federal tem se negado ao cumprimento de suas atribuições de proteger e fazer respeitar os bens da União. Vale ressaltar que o Art. 20, XI da Constituição Federal estabelece que "são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas

CONT.



pelos índios”. Assim, além da grave omissão diante de um risco concreto de prática de crimes contra a vida dos indígenas, as autoridades (no exercício do poder) praticam crime de improbidade, já que é sua obrigação constitucional fazer a defesa dos bens públicos, que precisam ser zelados, respeitados e protegidos.

E se – nos jogos de interesses dos governantes e nos discursos desenvolvimentistas tão propagados na atualidade – a vida das pessoas, comunidades e povos indígenas não têm importância política, jurídica, econômica, as terras por eles ocupadas (ou a serem ocupadas) deveriam ser prioridade das autoridades federais uma vez que (elas - as terras) constituem-se em importantes fontes de riquezas para o país, especialmente pelo potencial energético, ambiental e mineral. O governo, ao permitir que grileiros, fazendeiros e empresários explorem, depredem e dilapidem os territórios indígenas, pactua com os crimes contra o patrimônio público, contra a sociedade, contra o país.

Chama igualmente atenção o fato de não ter havido, de outras instituições ou poderes do Estado, manifestações públicas e até jurídicas contrárias ao leilão criminoso dos ruralistas. E não se pode deixar de lembrar que os discursos difundidos pelos meios de comunicação e redes sociais foram proferidos pelos representantes dos setores do agronegócio e por parlamentares da Câmara dos Deputados e Senado, bem como por deputados e vereadores nos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Apesar dos conteúdos agressivos e que instigavam a prática de violência contra os povos indígenas, quase não se ouviu de personalidades, inclusive eclesiais, como do arcebispo de Campo Grande (MS), e de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juízes para a Democracia (AJD), posicionamentos de repúdio ou contestação ao leilão e seus proponentes e incentivadores.

Foi necessário às organizações indígenas (Conselho da Aty Guasu e Conselho do Povo Terena) ingressarem com uma ação judicial solicitando o cancelamento do leilão e, com isso, impor que houvesse (contra ou a favor) uma manifestação de um dos poderes públicos, o Judiciário. Somente depois desta ação se conseguiu, ao menos em parte, evitar que as organizações dos ruralistas, com o aval de parlamentares e a omissão do governo federal, pudessem livremente angariar e utilizar dinheiro deste leilão para “segurança privada ou milícias” - o que resultaria na intensificação das ameaças, dos ataques e, conseqüentemente, dos assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul. Também, em função da mobilização indígena, se escancaram interesses e iniciativas que violam e contrariam nossos mais caros princípios de justiça e humanidade estabelecidos na Constituição Federal e num conjunto de acordos e convenções internacionais dos quais o país é signatário.

O que está em jogo, neste caso, não é o fato de liberar ou coibir um simples leilão promovido por corporações rurais. Está em jogo o estabelecimento de limites para ações individuais e coletivas que denotam uma vontade de fazer justiça com as próprias mãos. É uma luta em torno de limites tão caros a um regime democrático e diz respeito, também, às premissas da justiça e da dignidade humana, que não podem e não devem se dobrar ao capitalismo e aos ditames autoritários de quem detém o poder e o dinheiro.

Os índios são especialistas em fim do mundo, diz o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro

SÍTIO CEDEFES, 12.12.2013

Durante conferência na Universidade de São Paulo, o antropólogo do Museu Nacional, Eduardo Viveiros de Castro, debateu as relações entre cosmologias indígenas e não indígenas sobre a catástrofe ambiental



No último dia 6, o Centro de Estudos Ameríndios da USP recebeu Eduardo Viveiros de Castro (Museu Nacional/UFRJ) na terceira edição da Conferência Curt Nimuendajú, seu principal evento anual.

Intitulada "Últimas notícias sobre a destruição do mundo", a palestra demonstrou como estão relacionadas as especulações indígenas sobre a destruição do mundo com a experiência de destruição do mundo vivenciada por meio da devastação ambiental.

Para mostrar essas relações, o antropólogo retomou a célebre monografia do próprio Nimuendajú – "As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani" – e se apoiou em etnografias, falas indígenas e debates propostos por teóricos da antropologia da ciência sobre a irreversível catástrofe ambiental e as controvérsias em torno do aquecimento global.

A tese defendida por Viveiros de Castro, que também sócio do ISA, é a de que alguns povos indígenas são como "especialistas em fim do mundo", porque muitos - dos Guarani, no Brasil, aos Maia, no México - experimentam (ou já experimentaram) a destruição dos seus mundos: "Os Guarani se tornaram um símbolo concreto da ofensiva final contra os povos indígenas no Brasil, que nós estamos assistindo. E o seu mundo – esse mundo de que falava Nimuendajú, o mundo da criação e destruição – está de fato, aparentemente, acabando. Ainda que esse mundo não vá acabar assim tão facilmente quanto certos atores, certos governos desejam, o fato é que se alguma faz algum sentido hoje é a ligação entre a expressão 'destruição de mundo' e o etnônimo 'guarani'", explicou. Abaixo, o vídeo com a íntegra da conferência.

Barragem no Rio Piracicaba acabará com quatro gerações de pescadores

SÍTIO G1/ PIRACICABA E REGIÃO, 12.12.2013

Morador do Tanquan, que será inundado, teme ver profissão desaparecer. Represamento do manancial para ampliar hidrovia afastará os ribeirinhos.



Para o pescador Ronaldo Evangelista, de 35 anos, a inundação do bairro Tanquan pela construção da barragem de Santa Maria da Serra (SP) vai destruir não só o único lugar que chamou de lar. A água levará também o único modo de vida que conheceu até hoje no bairro rural, localizado a 55 quilômetros do Centro de Piracicaba (SP). A pesca como meio de vida está na família de Evangelista há quatro gerações, desde seu avô até os sobrinhos, e a obra estadual pode acabar com a tradição.

A construção da barragem em Santa Maria da

Serra deve aumentar o nível do Rio Piracicaba em 5,5 metros para ampliar a navegação da hidrovia Tietê-Paraná em 45 quilômetros até o distrito de Ártemis, em Piracicaba. A obra resultará na inundação de muitas propriedades que ficam à beira do rio, incluindo todo o bairro Tanquan, chamado de "mini pantanal" pela biodiversidade que abriga, e famílias terão que ser removidas para outros locais.

As incertezas são grandes entre os ribeirinhos. No Tanquan há 15 famílias que vivem da pesca artesanal. Entre a remoção e a construção da represa, os pescadores estimam ficar de quatro a cinco anos sem poder trabalhar e vivendo com um salário mínimo (R\$ 678) pago pelo governo. Muitos creem também que diversas espécies de peixes podem sumir em função da diminuição da correnteza, o que inviabilizaria a profissão.

Segundo Evangelista, receber o salário mínimo por anos trará prejuízos. Os pescadores, que já recebem o auxílio no período em que a pesca é proibida para permitir a reprodução dos peixes (piracema), têm uma renda maior durante a maior parte do ano. "A gente lucra uma média de três salários mínimos por mês (R\$ 2.043). Em uma semana boa de pesca chego a conseguir R\$ 1.000. Assim, dá para se programar para ter um dinheiro na época da piracema. Mas um salário mínimo durante quatro anos vai ser muito tempo", disse.

Identificação e orgulho

Evangelista considera profunda sua ligação com o Rio Piracicaba e com a natureza à sua volta. Ele conhece o nome da maioria dos pássaros, é capaz de identificar jacarés a metros de

CONT.



distância sob fraca iluminação e percebe a presença de diversos animais mesmo à noite. A paixão pela natureza é tradição passada de pai para filho. "Eu não consigo me ver fazendo outra coisa senão pescar. Cresci aqui no Tanquan. Hoje meu filho tem seis anos e, assim que entra em férias escolares, enlouquece para andar comigo de barco."

O orgulho pelo ofício também é uma marca forte do pescador, que lista a variedade de peixes que costuma encontrar. "A gente pega muita corvina, piapara, piaçú, pacu, tambaqui e por aí vai. O maior que eu peguei foi uma carpa cabeçuda de 23 quilos. Acho que foi a maior de todas nos últimos tempos", contou.

Assunto antigo

Evangelista disse que a primeira vez que ouviu falar da barragem de Santa Maria da Serra tinha 15 anos. "Eu cresci ouvindo essa história e achava que não ia sair do papel. De uns tempos para cá, começaram a acelerar o processo e passei a acreditar que vai mesmo acontecer". A discussão para a instalação da barragem realmente existe há anos e outros projetos chegaram a ser estudados antes da proposta atual.

O governo estadual está em fase de audiências públicas com a população das cidades atingidas com a mudança do nível do rio. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) do projeto deve passar pela aprovação de entidades ambientais. A previsão do estado é que em 2014 os trâmites para início da obra sejam encaminhados e que a barragem fique pronta em até três anos.

"Dá dó, rapaz, pensar que isso tudo vai pra debaixo d'água. Até agora não consegui pensar em um serviço para fazer nesse período (de afastamento da pesca). Se a obra acontecer mesmo, tomara que eles chamem quem é daqui e já conhece o rio pra ajudar", disse Evangelista.

Justiça irá indenizar pessoas que eram usadas como cobaias no Amapá
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 12.12.2013

TRF1 reconhece tortura em pesquisa sobre mosquito da malária e assegura reparação a ribeirinhos do Amapá



Comunidade no interior do Amapá: ribeirinhos foram pagos para receber picadas do mosquito da malária

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) reconheceu ontem, por unanimidade, que ribeirinhos de comunidades do interior do Amapá que serviram de isca para mosquitos transmissores da malária, em testes realizados entre 2002 e 2003, têm direito à indenização por danos materiais e morais. O TRF1 reformou a sentença da 2ª Vara Federal do Amapá, que havia negado o pedido de reparação feito pelo Ministério Público Federal em nome das vítimas.

Patrocinada por duas universidades norte-americanas em parceria com a Secretaria de Saúde do Amapá e coordenada pelo servidor da Fundação Nacional de Saúde Alan Kardec Ribeiro Galardo, a pesquisa foi suspensa, em 2006, pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) por desvio do seu objeto e por violação de princípios éticos e da dignidade humana. Galardo estava cedido, na ocasião, à secretaria do Amapá.

De comunidades pobres, os ribeirinhos que participaram da pesquisa — em torno de 10, um deles com 65 anos — foram cooptados por Galardo e por um pesquisador dos Estados Unidos, mediante pagamento de R\$ 12 (depois elevado para R\$ 20) para cada uma das nove noites de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

trabalho. As cobaias humanas recebiam picadas e alimentavam, com o próprio sangue, 100 mosquitos, duas vezes por ano. Todos contraíram malária, que se espalhou na comunidade. O trabalho de campo da pesquisa, intitulada Heterogeneidade dos vetores da malária no Brasil, iniciava com a colocação na perna ou no braço dos voluntários da borda de um copo contendo 25 mosquitos por vez.



Serraglio será o relator da PEC das demarcações indígenas

SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 12.12.2013

Brasília - Na tarde desta quarta-feira (11) foi eleita na Câmara dos Deputados a Mesa Diretora da Comissão Especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição que submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação de terras indígenas (PEC 215-A/00). Todos os 17 deputados presentes na reunião do colegiado votaram a favor da chapa única, que conta com a seguinte formação: - presidente: Afonso Florence (PT-BA); - 1º vice-presidente: Nilson Leitão (PSDB-MT); - 2º vice-presidente: Luis Carlos Heinze (PP-RS); e - 3º vice-presidente: Junji Abe (PSD-SP). O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) foi indicado pelo seu partido para relatar a matéria e Nelson Padovani (PSC-PR) será o relator substituto.

Em entrevista ao Canal Rural e outros veículos, Serraglio disse que o objetivo principal da PEC 215 que disciplinará as demarcações de terras indígenas, entre outras, é a paz no campo. "Não é possível que todos os dias sejamos surpreendidos com novos conflitos no campo", disse se referindo aos inúmeros conflitos pelo país afora. Ele ressaltou ainda que o todos concordam que os indígenas devem ser respeitados no entanto que o respeito deve ser a todos como brasileiros que são, indígenas e produtores. "O que não pode é tirar terra que tem título legal e produzindo sem indenização aos produtores. Isso é respeitar uns e desrespeitar outros", afirma o deputado.

O Relator da PEC esclareceu ainda que como aprovado pelo Congresso Nacional, as duas casas legislativas tem legitimidade e amparo constitucional para discutir o assunto e que a União, não respeitou a constituição quando não cumpriu o prazo estipulado pela Carta Magna de 5 anos após sua promulgação, ou seja, a partir de 05 de outubro de 1988, de cinco anos para pacificar o campo estabelecendo e criando as reservas indígenas onde havia índio naquela data. "Isso não foi feito, criou-se reservas de forma unilateral".

Serraglio esclareceu que a Comissão pretende trabalhar de forma que garanta a constitucionalidade da Proposta, juntando e analisando tudo que há de jurisprudência sobre o assunto. O que não pode continuar acontecendo é alguma instituição que seja parte no processo atuar como juiz, como sempre aconteceu com a Funai, que é reconhecidamente a instituição de defesa dos povos indígenas e que atua de forma unilateral decidindo sobre o assunto, onde existem outras partes a serem ouvidas", ressalta.

Presidente Dilma comparece ao Fórum Mundial de Direitos Humanos
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 12.12.2013

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também é esperado no fórum para falar sobre direitos humanos e combate à fome



Presidente Dilma Rousseff irá participar da entrega da 19ª edição do Prêmio Direitos Humanos

A presidente Dilma Rousseff irá participar na tarde desta quinta-feira (12/12) do Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) para a entrega da 19ª edição do Prêmio Direitos Humanos. Serão entregues prêmios em 23 categorias e duas menções honrosas. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também é esperado no fórum para falar sobre direitos humanos e combate à fome.

O Prêmio Direitos Humanos é o mais alto reconhecimento do governo brasileiro a ações que envolvam atividades relacionadas à questão dos direitos humanos. Na cerimônia desta quinta-feira, Dilma também deverá anunciar a assinatura do decreto que institui o Sistema Nacional de Enfrentamento à Tortura.

Entre os contemplados pelo prêmio em 2013 estão a coordenadora da Associação de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (Apavv) no Ceará, Maria da Penha Maia Fernandes, na categoria Igualdade de Gênero; o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, em Segurança Pública e Direitos Humanos; o deputado Nilmário Miranda

CONT.



(PT-MG), em Enfrentamento à Tortura; a ex-militante e presidenta da Liga Feminina da Guanabara, Zilda Paula Pereira, em Direito à Memória e à Verdade; a Casa da Juventude Padre Burnier (Caju), em Centros de Referência em Direitos Humanos; a associação Rede Rua, em Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua, entre outros vencedores.

Leia mais notícias em Política

As menções honrosas deste ano irão para o grupo Habeas Corpus, pela garantia dos direitos humanos e constitucionais de manifestantes durante os protestos que ocorreram recentemente no país; e para a coordenadora do projeto Olhares Cruzados, Dirce Carrion, pela garantia de direitos e do empoderamento de crianças e adolescentes em comunidades indígenas e quilombolas.

O FMDH começou anteontem (10/12) em Brasília e irá até amanhã (13/12), quando ainda serão debatidos temas como a transversalidade dos direitos humanos, o enfrentamento da violência e o desenvolvimento da cultura em direitos humanos. Nesses dias, o evento promoveu conferências, debates temáticos e atividades com a presença de autoridades, intelectuais e profissionais reconhecidos internacionalmente. O encontro teve mais de 10 mil inscrições.



Otsubo defende leilões da resistência pelo país para evitar que índios invadam propriedades rurais

SÍTIO RÁDIO DIFUSORA 1250, 12.12.2013

No último final de semana, o leilão realizado em Mato Grosso do Sul arrecadou R\$ 1 milhão.

O deputado federal Akira Otsubo (PMDB/MS) defendeu na manhã de hoje (11/12), na Câmara dos Deputados, novos leilões da resistência em outros estados do país como forma de garantir a mobilização dos produtores rurais contra a invasões de fazendas pelos indígenas. No último final de semana, o leilão realizado em Mato Grosso do Sul arrecadou R\$ 1 milhão.

A manifestação do parlamentar foi durante audiência pública na Comissão de Agricultura, que teve a participação de produtores rurais de todo o Brasil. No encontro eles relataram as dificuldades enfrentadas em virtude da ameaça de ocupação de suas propriedades ou as consequências por terem sido retirados de suas terras.

O produtor de soja de Mato Grosso do Sul José Raul das Neves Júnior afirmou que a produção está ameaçada por conta de ações de integração de posse na Justiça. Ele acusa o Governo de não ter uma política clara de demarcação das terras. De acordo com os ruralistas existe uma indústria de demarcação de terras.

Também os produtores defenderam a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete as demarcações de terras indígenas à aprovação do Congresso Nacional. O Congresso Nacional vai dar a palavra final sobre a definição dessas áreas.

Para agilizar a tramitação, foi instalada na noite de ontem Comissão Especial para apreciar a matéria, após muita mobilização da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Para Otsubo, "além destas frentes de atuação no Congresso Nacional, é necessário que os produtores continuem mobilizados, realizem outros leilões da resistência. Só desta maneira vai ser possível enfrentar o conflito com os índios de forma organizada e com estrutura. Os índios usam recursos da Funai para fazerem protestos em Brasília, os produtores terão de arrecadar recursos para manter uma vigília constante no Congresso Nacional. É assim que se vai garantir o direito à produção agrícola".

PEC opõe índios e ruralistas

SÍTIO GAZETA DO POVO, 12.12.2013



Sob protestos de índios e apoio de produtores rurais que foram até Brasília, os deputados definiram ontem o comando da comissão especial instalada na terça-feira para apreciar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que transfere para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de novas terras indígenas. A presidência ficou com o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Afonso Florence (PT-BA), e a relatoria com o paranaense Osmar Serraglio (PMDB).

A segurança foi reforçada para evitar o confronto entre produtores rurais e índios. Agropecuaristas vestiam camisas com os dizeres "Onde tem Justiça tem espaço para todos". E os índios traziam cartazes pedindo respeito aos povos nativos. No fim da reunião, índios hostilizaram os parlamentares, que deixaram o plenário sob gritos de "assassinos".

Índios da etnia Arara bloqueiam ponte que liga Aripuanã a Conselvan na MT 208
SÍTIO SELVA FM, 12.12.2013



Na manhã desta terça-feira (10), um grupo de índios da etnia Arara bloqueou a ponte sobre o Rio Branco na MT 208, impedindo o acesso à localidade de Conselvan, distante cerca de 80 quilômetros da sede do Município de Aripuanã.

A população indígena "Arara" reclama que não foi contemplada com ações do PPA (Plano Plurianual), para os próximos 04 anos. Eles ainda cobram da Prefeitura Municipal, a participação nos Royalties da UHE Dardanellos, investimento do ICMS ecológico nas áreas indígenas e melhorias nas estradas.

Na sexta-feira passada, representantes dos Araras já haviam ameaçado trancar a ponte que fica dentro da área indígena, caso as reivindicações não fossem atendidas.

Também na sexta-feira passada, o prefeito Ednilson Faitta, convocou coletiva de imprensa para explicar que a Prefeitura de Aripuanã está fazendo as melhorias nas estradas da área indígena, conforme ficou acordado em reunião sobre o PPA realizada com os índios.

Na ocasião, Ednilson disse ainda que se os indígenas realmente trancassem a ponte, iria solicitar ajuda ao Estado, por se tratar de Rodovia Estadual e segundo ele, não se pode tirar o direito de ir e vir das pessoas.

Durante esta semana o prefeito de Aripuanã encontra-se em Brasília, onde participa da Marcha dos Prefeitos. O encontro tem por objetivo discutir junto ao governo federal, questões que influenciam o dia-a-dia dos municípios brasileiros e, além disso, apresentar as reivindicações do movimento municipalista.

Fonte: Redação e foto: TOP NEWS/ EDSON PRATES



Em resposta à nota do Cimi, blog Questão Indígena retomará temporariamente as atividades

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 12.12.2013

No ultimo dia 09 de dezembro o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização filiada à Igreja Católica, divulgou em seu site oficial uma Nota Pública (leia aqui) na qual acusa o Questão Indígena de veicular "notícias falaciosas e preconceituosas, além de fomentar opiniões declaradamente anti-indígenas". Ainda de acordo com a nota do Cimi, o Questão Indígena tem "veiculado apenas as visões dos grupos que se opõem aos direitos dos povos originários, sem dar espaço a outros setores da sociedade e aos próprios indígenas." Além do Cimi, assinam a nota a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação de Juízes pela Democracia, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), entre outras organizações, profissionais e abobalhados.

Em homenagem a inteligente atitude do Cimi, a equipe do Questão Indígena decidiu, unanimemente, retomar temporariamente as atividades apesar da completa e absoluta falta de condições e recursos.

Em reposta às acusações bisonhas da nota pública do Cimi a equipe do QI tem a dizer o que segue:

Divulgar informações mostrando e ressaltando as visões de apenas um dos lados da questão indígena no Brasil sem dar espaço para que os produtores rurais mostrem o seu ponto de vista foi o tudo o que o Cimi e as organizações indigenistas sempre fizeram. Muitas dessas organizações recebem, inclusive, recursos públicos para tanto, como é o caso do CTI, que recebeu mais de um milhão de reais de dinheiro público nos últimos dois anos, e da ABA. As acusações cuspidas pela nota do Cimi sobre a equipe do Questão Indígena em verdade aplicam-se como uma luva aos portais do próprio Cimi e do indigenismo radical.

O que incomoda essa turma de ideólogos cegos é o fato de o Questão Indígena ser a contraparte deles mesmo. O Questão Indígena, assim como os demais sites acusados na nota do Cimi, como o Blog do Jornalista Moacir Pereira e o Antropowatch, abrem espaço para as opiniões daquelas pessoas afetadas pelas demarcações espúrias da Funai. Gente, cujo sofrimento sempre foi ignorado pela máquina de mídia desinformativa do Cimi. Gente violentada pela ação protomoral do indigenismo em defesa da minoria indígena.

A equipe do Questão Indígena ressalta ainda que não ataca os índios nem sua cultura. O Questão Indígena não é contra os índios. O Questão Indígena é contra a antropologia radical que se baseia no ressentimento pela violência histórica sofrida pelos indígenas no passado para moralizar e justificar o emprego de violência contra os não índios no presente.

Parabéns, meus caros indigenistas radicais! Vocês acabaram de provocar o retorno do Questão Indígena.

Fonte: Blog Questão Indígena

Presidente da Câmara Instala e cancela comissão para demarcação de terras indígenas

SÍTIO EDGAR LISBOA, 12.12.2013



O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) determinou e pouco tempo depois cancelou a instalação da comissão especial que vai analisar a proposta de emenda à Constituição que submete ao Congresso as demarcações de terras indígenas. A instalação dessa comissão é uma reivindicação antiga da Frente Parlamentar da Agropecuária. "Não se pode mais adiar o tema, o Congresso tem que discutir essa questão", afirmou o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), vice-presidente da FPA. A proposta é considerada inconstitucional pelo governo e, de acordo com o ministro da

Justiça, José Eduardo Cardozo, pode acirrar ainda mais os ânimos entre indígenas e produtores rurais.

Fim de ano nas prefeituras

O final do ano é sempre complicado para os prefeitos. Enquanto os outros cidadãos comemoram o natal e a chegada de um novo ano, os chefes de executivo locais tentam fechar as contas com o pouco dinheiro que resta. E quando chega o final do ano, os prefeitos vêm a Brasília para reclamar. Um grupo chegou a invadir o salão verde da Câmara para pedir ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), um aumento de dois pontos percentuais na parcela de tributos que compõe o Fundo de Participação dos Municípios. E eles fazem ameaças. "Já tem cerca de 2 mil prefeituras gastando mais de 60% com a folha de pagamento e vão ter suas contas rejeitadas. A crise se aprofunda nessa direção e vai crescer muito no ano que vem e seguramente vai interferir no processo eleitoral", afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski. Alves lembrou que tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição que prevê o aumento do FPM em 2% e ofereceu acelerar a tramitação de outra PEC que aumenta os repasses da União para o FPM.

Maloca cara

O deputado Enio Bacci (PDT-RS) quer pedir ao Ministério Público para acompanhar de perto a duplicação da BR-386. Segundo ele, no município de Estrela, um grupo de índios vem travando a construção. "Não são os políticos nem os índios os responsáveis, mas sim a ganância de empreiteiras, porque 29 casas de índios foram licitadas, e uma única empresa ganhou a licitação por R\$ 10,5 milhões. Foi anulada a licitação e passou-se a uma segunda licitação. Novamente, uma única empresa venceu por R\$ 8,5 milhões para a construção de 29 casas de índios, o que resulta em um custo, portanto, de R\$ 300 mil por cada choupana de madeira", questionou.



Aldo Rebelo discute Mundial Indígena com Comitê Intertribal

SÍTIO PORTAL BRASIL, 12.12.2013

Tocantins, Pará, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro já manifestaram interesse em sediar o Mundial Indígena 2015

O Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, recebeu em seu gabinete em Brasília, a visita das lideranças indígenas e irmãos Marcos e Carlos Terena, ambos diretores do Comitê Intertribal, entidade idealizadora dos Jogos dos Povos Indígenas.

“Viemos entregar um ofício de agradecimento pela realização da 12ª edição dos Jogos Indígenas, em Cuiabá, e conversar com o ministro sobre o andamento do projeto de realização da primeira edição do Mundial Indígena - 2015, em território brasileiro”, informou Marcos Terena.

Aldo Rebelo parabenizou os líderes pela realização do evento, patrocinado pelo Ministério do Esporte e desenvolvido em parceria com o governo do Mato Grosso, prefeitura de Cuiabá e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

No encontro, que aconteceu nessa quarta-feira (11), eles trocaram informações sobre a repercussão dos jogos, que reuniram 1,6 mil índios de 48 etnias, em nome do esporte e da cultura tradicional. A edição de 2013 foi preparatória para o Mundial Indígena, em 2015, no Brasil, em que participarão lideranças indígenas de 16 países.

Tais representantes internacionais vão formar suas delegações e as trazer para participar do maior evento intertribal do mundo. “Os jogos internacionais já são reconhecidos e apoiados por cerca de 56 países, segundo Guilfredro, liderança indígena da América do Norte”, disse o coordenador-geral de Políticas Esportivas Indígenas do Ministério do Esporte, Rivelino Macuxi.

“O ministro Aldo Rebelo está consciente de que o Mundial Indígena será um episódio novo na história do Brasil. Iremos definir critérios como logística e orçamento e, por se tratar de um evento internacional, precisaremos estreitar ainda mais os laços com o Ministério das Relações Exteriores”, frisou Marcos Terena.

Cinco estados brasileiros já manifestaram interesse em sediar o Mundial Indígena: Tocantins, Pará, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. “Temos que verificar o que essas cidades podem nos oferecer como sede do Mundial Indígena, já que o forte do Brasil na agenda internacional, é a Amazônia”, observou Aldo Rebelo. O encontro foi acompanhado pelo secretário nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Ricardo Cappelli.

Fonte:
Ministério do Esporte

Entre índios e fazendeiros, a promessa do Governo Federal

SÍTIO JLNEWS, 12.12.2013



Enquanto o Governo Federal não apresenta a tão aguardada solução que colocará um fim aos conflitos em Mato Grosso do Sul, índios e fazendeiros seguem disputando o espaço no braço. E se já não bastassem às inúmeras invasões em propriedades rurais, principalmente nos municípios de Miranda e Iguatemi, a população inocente destas cidades vivem sob constantes ameaças de que aconteça um conflito por terras, tal situação é como uma guerra fria que assombra a todos, menos o poder público e as entidades responsáveis.

Recentemente, o Ministério da Justiça prometeu que colocaria em prática um plano para por fim aos conflitos, no entanto, o tempo foi passando e nada de concreto foi realizado. Revoltados com a demora no processo de demarcação de terras, indígenas de diferentes localidades do estado começaram a invadir novamente as fazendas que, segundo eles, pertence aos indígenas desde os tempos da colonização.

Por outro lado, também aguardando a prometida solução do governo, fazendeiros permaneceram em silêncio e apenas assistindo a movimentação dos indígenas, mas com o crescimento no número de invasões, a situação tornou-se crítica, alguns produtores contrataram seguranças particulares para impedir possíveis invasões, aumentando o risco para que se ocorra um massacre em terras sul-mato-grossenses.

O prazo dado pelos produtores ao Governo Federal termina no dia 30 deste mês, ao término deste período, se nada for apresentado ou posto em prática, os fazendeiros irão agir por conta própria para proteger suas terras das invasões. Quanto a isso, os indígenas também garantem que não temem a presença de seguranças, mesmo que estes estejam armados, e que irão tomar as terras que lhes pertence de direito, inclusive se for necessário lutar por elas.



Produtores rurais destacam que não recebem indenização por terras demarcadas
SÍTIO FAMASUL, 12.12.2013

Produtores rurais que tiveram suas terras demarcadas reclamam que ficaram sem perspectivas de vida após serem retirados de suas terras, sem receber indenização. Eles participam de seminário na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que reúne produtores rurais de todo o País contra as demarcações de terras indígenas no País.

O presidente da Associação dos Produtores de Suiá Missu (Aprossu), Sebastião Prado, destaca que os produtores que são retirados de suas terras em virtude da demarcação de terras indígenas não têm direito à indenização, como acontece com os produtores que têm terras desapropriadas para a reforma agrária. "Existe um vácuo jurídico na Constituição", opinou.

Segundo ele, a desapropriação da região da Suiá Missu - no município de Alto da Boa Vista, em Mato Grosso - pela Funai "transformou uma população próspera em indigentes sociais, de forma irreversível".

O deputado Geraldo Simões (PT-BA) ressaltou que 90% das propriedades de seu estado têm até 100 hectares, que produzem sobretudo cacau. "Há quatro anos, foi demarcada área de 54 mil hectares, depois outra de 47 mil, e já tem outras várias demarcações em andamento", afirmou. "A região do Sul da Bahia, que estava fortalecendo a produção de cacau, vai ser transformada em diversas aldeias de índios que não existem", completou. Conforme ele, essa região tinha apenas 200 índios, e agora já tem 8 mil depois das demarcações.

Simões disse que, apesar de o governo ser contrário, ele apoia a criação da comissão especial Proposta de Emenda à Constituição que submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação (PEC 215/00). A comissão especial para analisar a proposta foi instalada ontem na Câmara, em meio a protestos de indígenas. "Outros colegas do meu partido pensam da mesma maneira que eu", afirmou. Na visão dele, não se trata de uma questão partidária.

O deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), presidente da Frente Parlamentar de Agricultura, que solicitou o seminário, pediu a presença dos produtores rurais na reunião da comissão especial da PEC 215/00, para a eleição da mesa diretora, às 14h30, no Plenário 1. A ideia é fazer contraponto aos índios, que anunciaram que estarão presentes novamente na reunião da comissão especial nesta quarta.

Fonte: Câmara dos Deputados

Questão Indígena: MS confia em solução do Governo federal e espera ser exemplo para todo o Brasil

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 12.12.2013



O Estado de Mato Grosso do Sul, apesar das tensões que envolvem a questão fundiária indígena, está confiante no encaminhamento de uma solução para os conflitos

Campo Grande (MS) - O Estado de Mato Grosso do Sul, apesar das tensões que envolvem a questão fundiária indígena, está confiante no encaminhamento de uma solução para os conflitos a partir da compra de terras, pela União, para ampliação das reservas. O clima de confiança, a disposição das partes envolvidas em acatar os novos prazos e a participação do Governo do Estado, criando o Fundo Especial para promover a compra das terras, contribui de forma decisiva para a solução em curto prazo dos primeiros casos de conflito, como o das terras na região conhecida como Buritis.

Segundo o secretário Wantuir Jacini, da Segurança Pública, "o bom senso tem vencido

as tensões e até agora estamos conseguindo evitar qualquer tipo de conflito, desde que o Governo federal, apontando soluções, pediu apenas mais prazo para vencer barreiras burocráticas". Para Jacini, a agilidade com que o Governo do Estado tem atuado, não só na criação do Fundo Estadual de Terras Indígenas, proposto e aprovado pela Assembleia Legislativa, mas também promovendo rapidamente as mudanças na Lei, sugeridas pelo governo federal, cria-se os meios para que a questão fundiária chegue ao seu final.

A solução dos impasses no campo a partir da compra de terras está sendo utilizada pela primeira vez no País em Mato Grosso do Sul e resulta de uma série de negociações e entendimento envolvendo não apenas as lideranças de indígenas e produtores como também técnicos estaduais e do governo federal, bem como representantes do Ministério Público e da Igreja Católica. Recentemente um documento intitulado Paz no Campo reuniu as lideranças mais expressivas para apoiar o caminho de consenso entre os setores envolvidos. "Até aqui, apesar dos problemas e das tensões que nos obrigam a estarmos atentos, temos verificado que prevalece o bom senso. E, como estamos muito perto da solução, estamos também muito perto de mostrarmos ao Brasil um caminho novo, produtivo e civilizado para essa questão", comentou o Secretário de Segurança.



Estudantes indígenas de Roraima conhecem técnicas de piscicultura no Inpa
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 12.12.2013

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI) recebeu nessa terça-feira (10) a visita de estudantes da curso técnico de agropecuária da Escola de Formação Indígena do Surumu. Os estudantes, na faixa etária de 13 a 16 anos, pertencentes à etnia macuxi, vieram conhecer os trabalhos desenvolvidos pelo Inpa, em Manaus, nas áreas de piscicultura, produtos naturais e sementes.

A comunidade indígena abriga cerca de 3 mil pessoas e está situada na área da Reserva Raposa Serra do Sol, localizada a 250 km de Boa Vista, em Roraima.

De acordo com o professor Jecimar Malheiro, que veio acompanhando os alunos, a visita tem o objetivo de agregar conhecimentos e aplicar as técnicas repassadas.

“Além disso, queremos aperfeiçoar os trabalhos que os técnicos indígenas estão desenvolvendo em todo o Estado de Roraima, em um esforço de ajudar o povo indígena, no cultivo de hortaliças e frutíferas, na pecuária com a criação de gado e ainda na criação de peixes”, disse o professor.

A iniciativa da visita partiu da própria Escola de Formação Indígena do Surumu, que manteve contato com o Núcleo de Pesquisas do Inpa, em Roraima, que também é um parceiro daquela escola. Pela manhã, os visitantes foram conhecer o Laboratório de Piscicultura, localizado no Campus III do Inpa, no Avenida Ephigêncio Salles, zona centro-sul.

Durante a visita no local, o pesquisador da Coordenação de Pesquisas em Aquicultura, Jorge Fin, mostrou as técnicas de reprodução e alimentação das espécies de tambaqui (*Colossoma macropomum*), matrinxã (*Brycon cephalus*) e pirarucu (*Arapaima Gigas*) que é feito com o consórcio de ração e iscas de peixes.

Os estudantes macuxis também tiveram a oportunidade de assistir a uma demonstração prática da Hipofisacção, que é uma técnica usada na reprodução artificial de peixes. A técnica é baseada na desova por indução a partir da aplicação de hormônios naturais presentes na hipófise de peixes maduros.

“Foi muito importante essa primeira visita que tivemos no Laboratório de Piscicultura e vamos repassar todo o conhecimento que tivemos para os nossos colegas em Roraima”, disse o estudante Elinaldo Francisco da Silva.

À tarde, os alunos fizeram uma visita ao Bosque da Ciência, onde foram recebidos pelo coordenador do Bosque, Jorge Lobato. “O Inpa criou este parque com 130 mil metros quadrados, o que equivale a 13 campos de futebol, que é um museu a céu aberto com trilhas interpretativas, animais soltos e em cativeiro científico, a Casa da Ciência e vários outros

CONT.



instrumentos que permitem ter essa relação de aproximação da ciência com a sociedade”, explicou o coordenador sobre o papel do parque.

Os estudantes macuxis farão visitas a outras dependências do Inpa, até nesta sexta-feira, e estão recebendo apoio logístico da Coordenação de Tecnologia Social (COTS).

Missão Sumuru

Na busca do direito a educação indígena, a Diocese de Roraima configurou-se aliada deste processo e junto com as organizações indígenas foi apoiando e assumindo sua parte desenvolvendo um trabalho intenso.

O exemplo concreto disto foi a Missão Surumu, a qual se constituiu em um espaço das comunidades indígenas de formação e profissionalização em geral. Ali se desenvolveram atividades de capacitação para seleiros, marceneiros, vaqueiros, agentes de saúde e professores, além de ser espaço de debate e reflexão das comunidades e sua organização indígena.

Em 1996, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Diocese de Roraima programaram no Surumu um trabalho de formação de jovens indígenas visando à auto-sustentação das comunidades e o fortalecimento do processo de recuperação das terras, criando uma Escola de Agropecuária junto com o Ensino Médio. Surgia assim o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS).

Fonte: Portal D24am

Orlando, o cacique branco do Xingu

SÍTIO JORNAL GGN, 12.12.2013



"Desde o Descobrimento, o homem branco destrói a cultura indígena. Primeiro, foi para salvar sua alma, depois para roubar sua terra."
Orlando Villas-Bôas

(Santa Cruz do Rio Pardo, 12 de janeiro de 1914 — São Paulo, 12 de dezembro de 2002)

Orlando, o último dos três irmãos Villas-Bôas, sertanistas e indigenistas, prosseguidores da obra de defesa das populações indígenas iniciada por Cândido Rondon e fundadores do Parque do Xingu, primeira reserva indígena brasileira.

Sobre ele e seus irmãos, Darcy Ribeiro - que compõe com os Villas-Bôas e Rondon a tríade dos grandes do indigenismo brasileiro escreveu:

"Orlando, Cláudio e Leonardo compuseram as vidas mais extraordinárias e belas de que tenho notícia. Pequeno-burgueses paulistas, condenados a vidinhas burocráticas medíocres, saltaram delas para aventuras tão ousadas e generosas que seriam impensáveis se eles não as tivessem vivido. Só se compara à de Rondon a façanha desses três irmãos que se meteram pelo Brasil adentro por matas e campos indevassados ao encontro de índios intocados pela civilização.

Usando do subterfúgio de se fazerem passar por caboclos goianos, conseguiram incorporar-se a uma expedição oficial de penetração no centro do Brasil. Tomaram conta da expedição, transcenderam dela e viveram mais de trinta anos nas matas que vão do Xingu ao Tapajós, convivendo com povos indígenas que eles souberam amar e respeitar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

Entre seus feitos, assinala-se a coragem com que, arriscando suas vidas, atraíram diversos povos indígenas à civilização. Triste coisa para estes povos. Menos má, porém, porque sua pacificação foi conduzida pelos Villas-Bôas, que souberam defendê-los, garantindo-lhes uma sobrevivência melhor que a dos povos chamados ao nosso convívio.

Sua façanha mais extraordinária, ao meu ver, foi a criação, ou recriação, de todo um povo - os Yawalapitis, que só existiam dispersos nas várias aldeias xinguanas, até que os Villas-Bôas os juntassem novamente, para retomarem seu destino de uma das caras do fenômeno humano."

PSOL defenderá indígenas em comissão que pretende alterar demarcação de terras
SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 12.12.2013



“Nós vamos lutar dentro desta Casa para impedir que uma atrocidade como esta seja feita aos povos indígenas do Brasil”, afirmou o líder do PSOL na Câmara, deputado Ivan Valente, na noite de terça-feira (10), momentos antes de ser instalada a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas.

A instalação da comissão foi articulada pela bancada ruralista e autorizada pela presidência da Câmara, após meses deputados conseguirem impedir sua criação. No entanto, ontem ela se concretizou.

Antes, os deputados Ivan Valente e Chico Alencar e o senador Randolfe Rodrigues se reuniram com um grupo de índios do Médio Tapajós, do Estado do Pará, que foram à Câmara dos Deputados para reivindicar a demarcação das terras indígenas.

O senador Randolfe Rodrigues disse que a Constituição de 1988 consagrou o direito à terra dos povos tradicionais e indígenas e que haverá resistência na tramitação da PEC. “Juntos, iremos resistir a qualquer tentativa de meia dúzia de proprietários de latifúndios que queiram tomar suas terras”, afirmou o senador aos indígenas.

O deputado Chico Alencar também disse que será uma grande batalha dentro da comissão especial, mas incentivou os indígenas a se mobilizar intensamente no próximo ano. “Quem luta, conquista”, afirmou. Ele lembrou do recente episódio no Rio de Janeiro envolvendo o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

Museu do Índio, localizado ao lado do estádio do Maracanã e que seria demolido para obras da Copa do Mundo. Indígenas ocuparam a construção, fizeram vigília e conseguiram impedir a destruição.



Com 'Mais Médicos', índio formado em medicina realiza sonho de atender comunidades indígenas

SÍTIO 5ª CNSI, 12.12.2013

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Leste de Roraima abrange uma área de aproximadamente quatro milhões de hectares com cerca de 42 mil índios de 7 etnias diferentes. Fica no extremo norte e leste do estado e faz fronteira com a Venezuela e a Guiana. A falta de médicos nas aldeias que compõem o Distrito é um problema que afeta milhares de índios brasileiros. Agora, com o Mais Médicos, esta realidade começa a mudar. O DSEI do Leste de Roraima recebeu dois profissionais do programa e existe a expectativa de receber mais 10 em 2014.

"Temos a disponibilidade de contratar 11 médicos desde 2011, mas nunca conseguimos passar de quatro médicos para atender esses Povos. Faltam profissionais que queiram trabalhar em áreas remotas", explica Dorotéia Reginalda Gomes, coordenadora do DSEI do Leste de Roraima. Ela disse que sempre procurou flexibilizar bastante a carga horária para tentar atrair médicos.

Otan de Lima Pereira, 31 anos, nasceu na área indígena Raposa Serra do Sol no extremo norte de Roraima. Otan é da etnia Macuxi, a mais populosa da região. Quando criança, já pensava em ser médico. "A saúde da minha comunidade era muito precária. Quase não tinha visita médica, era só enfermeiro. E até hoje pessoas morrem nessas áreas por doenças que podem ser prevenidas", contou Otan, que criou o desejo de ser médico ao viver essa realidade.

"Gostaria de estudar medicina aqui mesmo em Roraima, mas infelizmente não foi possível. No período que eu tentei, em 2002 e 2003, eram apenas 20 vagas para 30 mil candidatos aqui na Universidade Federal de Roraima (UFRR)", justifica Otan. Foi então que surgiu a oportunidade de estudar medicina na Venezuela. Lá, Otan formou-se médico da família. Agora, atua pelo Mais Médicos e é responsável pelos polos bases de Pedra Branca e Maturuca, regiões remotas do estado que só se chega de carro 4x4.

Já na primeira temporada na comunidade, ele atendeu uma senhora com fortes dores na barriga e diagnosticou uma apendicite. Ela foi encaminhada ao hospital e operada. "Se não fosse atendida logo e o apêndice tivesse estourado, talvez ela fosse a óbito", acredita Juliana Rithil, técnica de enfermagem que trabalha no polo base de Pedra Branca. Otan conta que percebeu alguns problemas mais recorrentes em Pedra Branca. "Os problemas de saúde mais comuns são a diabetes, dermatites e hipertensão arterial", enumera o médico.

Além de Otan, uma equipe de profissionais de saúde com enfermeiros, dentista, agentes de saúde, entre outros, faz a assistência da saúde da população. Juliana disse que desde que começou a trabalhar na comunidade, há um ano e um mês, só um médico havia passado por lá e durado somente cinco dias. Agora ela espera que Otan fique na comunidade. "Ele fez muitos atendimentos, gostamos muito dele. É uma pessoa boa para trabalhar nesta área. Por ser indígena ele sabe trabalhar com indígena", comenta Juliana.

CONT.



“Os médicos não indígenas enfrentam algumas dificuldades por não conhecerem as culturas e costumes desses povos. Aqui o costume é sempre ir primeiro ao curandeiro, pajé, benzedeiro e só depois vão até nós”, conta Otan. “Procuro orientar as pessoas para que se a dor for física que nos procure primeiro. Mas se a doença for espiritual não tem problema, o pajé pode resolver”, explica.

O exemplo de Otan mostra que formar médicos da própria região e comunidades atendidas pode ser uma forma de fixar esses profissionais nas comunidades mais afastadas. “Gostaria de trabalhar sempre nesta região porque aqui eu conheço os povos, as pessoas, as lideranças. Aqui está minha origem, minhas raízes e me identifico muito com essa área”, ressalta o indígena.

Mais Médicos para os Povos Indígenas - Quarenta e sete profissionais do Programa Mais Médicos chegam na próxima semana a 16 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Esses novos médicos somam-se a 75 que já estão atuando nas aldeias, totalizando 122. O anúncio foi feito durante a abertura da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI), realizada na noite de segunda-feira (2/12), em Brasília (DF) pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Com a chegada de novos profissionais, o programa beneficiará aproximadamente 212 mil indígenas. Além dos profissionais garantidos pelo programa, a assistência à saúde indígena é feita por 264 médicos que atuam nos 34 DSEI.

Conteúdo extraído do Blog da Saúde
Arte: Wesley Mcallister / AscomAGU



PEC que muda demarcações fere direito indígena, diz Maria do Rosário

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 12.12.2013

Ministra dos Direitos Humanos afirma diante de lideranças que governo é contra proposta que transfere ao Congresso Nacional a prerrogativa de demarcar terras



Brasília - A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, disse ontem (11) diante de representantes de povos indígenas de todo o país que o governo é contra a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere para o Congresso a prerrogativa de demarcar terras indígenas.

"Não queremos a PEC", disse e ressaltou que a proposta fere os direitos indígenas, "que são parte do Brasil e não podem perder seus direitos".

A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados. Na terça-feira (10), o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), anunciou o acordo para a instalação de comissão que vai debater a PEC, após reunião com representantes da bancada agropecuária. "A formação dessa comissão é de responsabilidade e deve ser cobrada da Câmara dos Deputados", declarou a ministra.

Maria do Rosário discursou no Fórum Mundial de Direitos Humanos. Desde a abertura do evento, indígenas de várias etnias carregam cartazes repudiando a PEC.

"A PEC é uma grande violação de direitos. O agronegócio não vai resolver nada por nós. Querem nos assassinar por inteiro. Por mais que lutemos, não vamos conseguir vencer o poder econômico", disse o cacique Babau Tupinambá.

Ele aproveitou a presença da ministra para denunciar uma série de violências cometidas contra os povos indígenas. Segundo ele, a etnia elaborou um dossiê. "Em três meses reunimos 280 páginas", disse. Além de sofrer preconceitos na cidade e ter os direitos de ir e vir e até mesmo o direito registrar os filhos cerceados, ele declarou que o seu povo vive em péssimas condições de infraestrutura. "Temos uma única escola improvisada, que atende a 690 alunos".

O mestre em antropologia social, Tonico Benites, indígena da etnia Guarani-Kaiowá fez, ao microfone, uma denúncia: em Japorã, na fronteira entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai, 5 mil indígenas da etnia Guarani-Kaiowá resistem a um mandado de reintegração de posse. Segundo ele, a aldeia está cercada por policiais federais. "As mulheres e as crianças foram

CONT.



isoladas. Os homens estão preparados para lutar". Emocionado, informou que irá para o local com outros indígenas. "Se é para morrer, vamos morrer todos juntos".

Maria do Rosário disse que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos "já anotou os dados para tomar providências" sobre o caso. A ministra ressaltou ainda: "Temos problemas na estrutura e a base de todo povo é o território. A terra é a base de todo direito e também a base da violência e da exploração, quando é refutado o direito de ter a terra", ressaltou.

O grupo irá se reunir mais uma vez amanhã (12) com a ministra e com os representantes do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles deverão elaborar um documento com ações voltadas à defesa dos direitos dos indígenas, para ser executado em parceria com o governo.

O Fórum Mundial de Direitos Humanos ocorre em Brasília até sexta-feira (13). O início do evento marca também os 65 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. O encontro inclui conferências, debates temáticos e atividades que contarão com a presença de autoridades, intelectuais e profissionais reconhecidos internacionalmente. O objetivo é promover uma reflexão sobre o tema direitos humanos. O evento teve mais de 10 mil inscrições.

Pescadores artesanais do Paraná avançam na luta pelos Territórios Pesqueiros
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.12.2013



Por Natália Tavares de Azevedo – pesquisadora da UFPR

Na última sexta-feira, 06 de dezembro, na comunidade da Barra do Superagui, lideranças do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MPP/MOPEAR) dos municípios de Matinhos, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba e Paranaguá promoveram Audiência Pública para tratar de uma das principais ameaças aos territórios pesqueiros e aos modos de vida das comunidades tradicionais da região: a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Estiveram presentes cerca de 200 pessoas, entre pescadores artesanais, representantes da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Ministério Público Estadual, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Rede Puxirão, Colônia de Pescadores de Matinhos, Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba, Instituto Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Deputado Estadual Tadeu Veneri e Deputado Estadual Péricles de Mello, entre outros presentes.

Os fatores desencadeadores da Audiência foram a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagui e a recente criação por meio de lei federal do Parque Nacional Marinho da Ilha de Currais. No que diz respeito ao PARNA Superagui, destacou-se o Estudo Socioeconômico e Cultural elaborado para subsidiar o plano de manejo. De acordo com os

CONT.



pesquisadores que redigiram um parecer para o MPP/MOPEAR, a metodologia utilizada no estudo não oportunizou a real participação das comunidades do interior e entorno do parque, uma vez que a pesquisa de campo feita para essa análise levou apenas 10 dias e não dava voz às comunidades. Além disso, o material não reconhece essas comunidades como tradicionais, limitando o acesso destas aos seus direitos garantidos em diversos instrumentos legais, internacionais e nacionais.

No início das atividades, os pescadores artesanais fizeram uma encenação mostrando o processo de criminalização de suas práticas que acontece desde 1989, quando foi criado o PARNA Superagui. A proibição das roças, gerando insegurança alimentar entre as famílias, e a proibição de diversas artes de pesca, como o cerco e a rede de manjuba, foram denunciadas como motivadoras do êxodo da população das comunidades pesqueiras para as cidades e desarticuladoras de seus modos de vida.

Não bastasse essa repressão às comunidades do Parque Nacional de Superagui e de seu entorno, em junho desse ano foi criado o Parque Nacional Marinho da Ilha de Currais, por meio de projeto de lei encaminhado pelo legislativo federal, sem o processo de consultas e audiências públicas e sem levar em consideração, portanto, o uso feito da área pelas comunidades tradicionais pesqueiras da região.

Dessa forma, as lideranças dos pescadores inquiriram os gestores do ICMbio sobre a condução desses processos no litoral do Paraná, reivindicando a recategorização ou redefinição da área do Parque da Ilha de Currais, bem como que o processo de elaboração do Plano de Manejo do PARNA Superagui seja revisto. Reivindicaram a realização de um estudo antropológico sobre as comunidades tradicionais do parque de Superagui e seu entorno, e ainda convocaram as autoridades presentes a compor uma Comissão de acompanhamento para os dois casos.

Todas essas ações e iniciativas compõem o processo de organização dos pescadores e pescadoras artesanais do Litoral do Paraná em torno da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, embaladas pelas palavras de ordem anunciadas pelos pescadores paranaenses: "Na Terra e no Mar, nós vamos lutar!".

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Marina Drehmer.

Leilão da Resistência. "Os fazendeiros irão cumprir a ordem judicial?" Entrevista especial com Michael Mary Nolan

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.12.2013



Foto: <http://bit.ly/1jOtPxx>

"O leilão teve duas finalidades: a primeira foi arrecadar dinheiro, e a segunda foi chamar a atenção para o conflito entre fazendeiros e indígenas e mostrar força no sentido de demonstrar o número de pessoas que estão reunidas participando desse leilão", aponta a advogada

IHU On-Line - O Leilão da Resistência realizado por fazendeiros sul-mato-grossenses, com o

objetivo inicial de arrecadar dinheiro para contratar segurança privada e impedir a ocupação das fazendas pelos Guarani, acabou sendo interpretado como uma "vitória" das comunidades indígenas, avalia Michael Mary Nolan, advogada que acompanha as reivindicações dos índios no Brasil.

Segundo ela, as comunidades indígenas não conseguiram impedir a realização do leilão, mas garantiram que ele fosse realizado a partir do cumprimento de algumas condicionantes. "Para os indígenas, isso é uma vitória, porque eles mostraram uma força maior ao tomar uma posição ativa, em vez de somente reagir aos ataques", assinala, em entrevista concedida à IHU On-Line por telefone.

Michael Nolan esclarece que, segundo determinação da Justiça, os 640,5 mil reais arrecadados no leilão devem ser depositados em juízo e o valor só poderá ser utilizado com a aprovação dos índios e do Ministério Público Federal. Entretanto, questiona: "A primeira pergunta a ser feita é: os fazendeiros irão cumprir a ordem judicial ou não?".

Michael Mary Nolan, irmã da Congregação da Santa Cruz, é advogada e atua na área dos direitos humanos. É membro de comissões de direitos humanos nas áreas estadual e nacional e é conselheira em direitos humanos junto ao Congresso Nacional. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a senhora descreve o Leilão da Resistência, organizado pelos ruralistas em Mato Grosso do Sul no último final de semana? Qual foi o objetivo do leilão e como ele aconteceu?

Michael Mary Nolan – O leilão foi organizado pelos fazendeiros do Mato Grosso do Sul com o intuito de ganhar dinheiro para contratar empresas de segurança. Algumas pessoas até falaram que o dinheiro arrecadado no leilão serviria para comprar armas. Os fazendeiros realizaram o leilão com a alegação de que o governo não está fazendo nada para resolver o

CONT.



conflito com os indígenas.

Na minha avaliação, o leilão teve duas finalidades: a primeira foi arrecadar dinheiro, e a segunda foi chamar a atenção para o conflito entre fazendeiros e indígenas e mostrar força no sentido de demonstrar o número de pessoas que estão reunidas participando desse leilão.

A contratação de seguranças privados tem sido um hábito dos fazendeiros de Mato Grosso do Sul. Dizem que eles são contratados para fazer a segurança das fazendas, mas acabam matando muitos índios.

IHU On-Line – Como a população sul-mato-grossense reagiu ao leilão?

Michael Mary Nolan – As matérias dos jornais informam que mais de mil pessoas estiveram presentes no dia do leilão, mas acho que o número é um exagero. De todo modo, participaram do evento diversos políticos, como [a senadora] Katia Abreu e [o deputado federal] Ronaldo Caiado, da bancada ruralista.

IHU On-Line – Qual a repercussão entre os indígenas?

Michael Mary Nolan – Assim que souberam do leilão, os indígenas entraram com um processo em nome do Conselho do Povo Terena e dos Guarani Kaiowa, solicitando a suspensão do leilão, porque, segundo informações dos jornais, os fazendeiros estavam pensando em formar uma milícia contra os indígenas, e isso é ilegal. A juíza concedeu uma liminar e suspendeu o leilão, mas os fazendeiros fizeram uma manobra e conseguiram realizá-lo a partir da concessão de outro juiz.

Assim, o leilão foi realizado com algumas condicionantes: os fazendeiros que receberam a oferta mais alta deveriam ter seu nome e o valor da oferta anotados e entregues ao juiz, o dinheiro deveria ser depositado em uma conta bancária em juízo, e esse dinheiro só poderia ser utilizado com a aprovação dos índios e do Ministério Público Federal. Como leiloeiro responsável, o presidente da entidade que estava patrocinando o leilão assinou o compromisso de entregar essas informações ao juiz e depositar o dinheiro em juízo.

Para os indígenas, isso é uma vitória, porque eles mostraram uma força maior ao tomar uma posição ativa, em vez de somente reagir aos ataques. E, nesse momento, o dinheiro não está disponível para a finalidade com que foi realizado o leilão.

IHU On-Line – O leilão arrecadou 640,5 mil reais com a venda de lotes de gado e cereais. O que será feito com esse dinheiro?

Michael Mary Nolan – A primeira pergunta a ser feita é a seguinte: os fazendeiros irão cumprir a ordem judicial ou não? Nós temos de ficar de olho. Depois do leilão foi publicada uma notícia informando que o dinheiro seria utilizado para pagar as viagens dos fazendeiros a Brasília para fazerem manifestações na Câmara dos Deputados. Agora, se isso é verdade, não temos como saber. Pedimos para os advogados que estão no Mato Grosso do Sul acompanharem o processo no Fórum, para ver se realmente depositaram o dinheiro e como ele será utilizado.

CONT.



Os indígenas estão decididos a continuarem lutando por suas terras. É óbvio que os fazendeiros podem responder. Mas o fato é que o governo está omissa e não tem razão para não resolver o conflito.

IHU On-Line – Como o Estado deveria se posicionar nesse caso, uma vez que os indígenas alegam que, tradicionalmente, são donos das terras, e os fazendeiros, por sua vez, dizem que as compraram?

Michael Mary Nolan – No Mato Grosso do Sul, muitos desses fazendeiros têm títulos que foram concedidos pelo Estado brasileiro. Entendo que essas pessoas têm direito a uma indenização. Já existe uma verba no orçamento da União para pagar as indenizações aos fazendeiros. Ou seja, já foi criado um fundo no Estado para fazer isso. Temos de entender que existe terra para todo mundo no Brasil. Com certeza muitos fazendeiros, recebendo indenizações, sairiam do conflito.

Por outro lado, muitas pessoas acham que os indígenas já têm terra suficiente. Acontece que a relação do índio com a terra não é econômica, e sim espiritual. As terras que eles estão reivindicando são as terras em que seus ancestrais estão enterrados; onde eles podem fazer seus sítios e onde o mundo deles está unido. Quando estão fora da terra de seus ancestrais, sentem que seu mundo está quebrado. Essa é uma das razões pelas quais há tanto suicídio entre os indígenas, porque, sem a terra, eles não estão com uma vida plena.

IHU On-Line – Qual é a situação desse Fundo criado pela União para indenizar os fazendeiros?

Michael Mary Nolan – Participei de um debate na Câmara, e na ocasião um advogado disse que o dinheiro já está disponível, não sendo preciso nenhuma modificação na legislação; ou seja, há uma legislação que permite o pagamento das indenizações. Basta que o governo tenha vontade de fazer.

IHU On-Line – Qual foi a postura da Funai diante deste leilão?

Michael Mary Nolan – Não vi nenhuma declaração da Funai em relação ao Leilão da Resistência. De todo modo, a presidente da Funai tem se posicionado ao lado dos indígenas, tem questionado a sugestão da portaria do Ministério da Justiça de acabar de vez com a possibilidade de reconhecimento das terras indígenas.

IHU On-Line – Como a senhora avalia a proposta de alterar o modelo de demarcação das terras indígenas?

Michael Mary Nolan – A Constituição brasileira reconhece que o Brasil é um país pluricultural. É uma Constituição que, por causa das lutas dos índios, deixou para trás a ideia de que o indígena, uma vez inculturado, deixa de ser indígena. Tem uma base legal que permite reconhecer as diferenças étnicas que existem neste país e é isso que não está sendo respeitado, em vista da opção por um sistema econômico desenvolvimentista.

Os índios não são contra o progresso, mas querem um progresso que permita e respeite sua
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226 / 2013

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

cultura também. Para resolver esses conflitos é preciso sentar e conversar, é preciso vontade de um diálogo profundo, de reconhecer que este é um país pluricultural. Não são somente os indígenas que estão com problema; todas as populações tradicionais vivem o mesmo dilema.



Comunidades Quilombolas e biodiversidade no Maranhão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.12.2013

Mayron Régis - Territórios Livres do Baixo Parnaíba

As comunidades quilombolas de São Miguel, Rosário, Cariondo, Itapecuru, Bom Jesus e Matinha situam-se em regiões geográficas distintas do estado do Maranhão, mas apresentam dificuldades semelhantes, principalmente, com relação à regularização fundiária e acesso aos recursos da biodiversidade. A biodiversidade passou a ser aclamada, reivindicada e declamada como se fosse uma deusa da providência. As pessoas desconhecem que em muitos casos a biodiversidade se encontra debaixo de fogo cerrado da especulação imobiliária, do agronegócio e de grandes obras de infraestrutura. Nesse fogo cerrado, a biodiversidade se afasta das vistas das pessoas que a usam, que a promovem e que dela tiram seu sustento.

A biodiversidade, então, ou vira uma relíquia, para ser apreciada, ou vira um objeto, para ser estudado, ou vira uma lembrança, para ser esquecida. Com relação à comunidade de São Miguel, a biodiversidade se tornou uma lembrança não de bons tempos do passado e sim a lembrança que um dia ela esteve ao alcance das mãos e que, pelas próprias mãos das pessoas da comunidade, perdem-se vários aspectos da biodiversidade no seu território. Alguns moradores de São Miguel derrubam o bacuri verde. Outros moradores cortam o bacurizeiro para vendê-lo às serrarias. Roçar e queimar os brejos em São Miguel ainda é uma prática comum, o que afeta a preservação dos recursos hídricos e a produção de juçara e de buriti.

Antes de culpar os agricultores familiares em São Miguel, deve-se entender como a falta de assistência técnica e de capacitação em temáticas socioambientais interage com a urgência desses agricultores em obter rendimentos para sua sobrevivência. O seu Manoel comenta o dia em que pediu a visita de técnicos do município de Rosário para que eles opinassem a respeito de uma praga que atacava o seu plantio de melancia. Os técnicos não se deslocaram, e ele se virou com a borrifação de agrotóxico, que resultou em perda e prejuízo para ele e para a comunidade.

Quanto mais a comunidade se afasta da biodiversidade, mais ela se afasta do interior do seu território e do seu histórico. As mulheres de Cariondo cultivam, em seus quintais, ervas medicinais e verduras. Quando se pergunta sobre o babaçu, elas respondem que não quebram mais porque cansa muito e que o babaçual próximo à comunidade não se torna adulto em razão da retirada de palha para que algumas pessoas a vendam. Ao ouvir as mulheres de Cariondo sobre o babaçual, a pessoa fica com aquela impressão de que não existe mais biodiversidade na comunidade. Se a biodiversidade abandonou Cariondo como as mulheres expuseram, qual é o diferencial da comunidade?

As pessoas se conformaram com os condicionamentos impostos pelas fazendas ao redor, que tomaram seu território, e conformaram-se com a modernidade que oferece vários produtos para o consumo. O óleo de soja pode ser ruim, mas vem embalado, pronto para ser despejado

CONT.



na frigideira. Para obter o azeite de babaçu tem que quebrar o coco. Na cabeça das mulheres reside a lembrança que o coco não tinha valor monetário. E pelo visto ainda não tem. E qual é a importância de quebrar coco? As experiências do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco babaçu por todo o Maranhão quebraram muitos preconceitos ao desenvolverem projetos que utilizam o babaçu para fins de indústria de cosméticos e para fins de segurança alimentar. Quanto à existência ou não de biodiversidade em Cariondo, as mulheres se recordaram de babaçuais que estão dentro do território e que, por não terem uso, acabaram sendo esquecidas.

O acesso aos recursos da biodiversidade em Matinha sofreu um revés com o veto do prefeito Beto Pixuta ao projeto Babaçu Livre apresentado pelas comunidades quilombolas e aprovado pela câmara de vereadores. Dona Rosário, dirigente do MIQCB e liderança da comunidade Bom Jesus, cobrou explicações ao prefeito, que justificou o seu veto dizendo que não queria criar inimizade nem com os fazendeiros e nem com as quebradeiras. A alegação oficial do prefeito foi que não houve audiência pública. A resposta de Dona Rosário foi "então marque a audiência se for o caso".

A área de Bom Jesus, comunidade de Dona Rosário, estende-se por mais de quinze mil hectares; contudo, as famílias são impedidas por cercas de catar o coco babaçu, o buriti e o bacuri na floresta e de pescar nos campos. O mais recente conflito se verificou com um proprietário que cercou uma área de babaçual em frente à comunidade, queimou dentro e botou gado. Só não cercou a igreja porque a comunidade impediu.



Em Londres: índio do Acre denuncia invasão de terras, influência do álcool na comunidade e pede respeito ao governo brasileiro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.12.2013

Da redação ac24horas.com/ Rio Branco, AC

O intercâmbio linguístico e cultural possibilitou que o índio Nixiwaka Yawanawá, denunciasse durante um protesto em Londres (Inglaterra), a situação que algumas aldeias indígenas do Acre e da Amazônia vivem como isolamento, influência do álcool na comunidade e a invasão das terras indígenas no Brasil.

No protesto realizado, Nixiwaka debateu com algumas entidades daquele país as ameaças que os índios da Amazônia estão sofrendo nos últimos anos, principalmente os índios isolados.

Ele lançou um evento que tem por objetivo criar um movimento antes da Copa do Mundo da FIFA de 2014 para chamar atenção do mundo sobre os problemas nas aldeias e o cerceamento dos direitos dos índios.

Em entrevista para a Survival International, o índio do Acre comentou sobre a influência do homem na comunidade indígena e pediu ao governo brasileiro que respeite as tribos da Amazônia.

"Como não-indígenas, inclusive missionários, forçaram os Yawanawá a mudar a maneira na qual a tribo orava, se vestia e falava, e chamaram seus rituais como 'trabalho do demônio'", descreveu o índio pedindo que "o governo brasileiro respeite os direitos dos povos indígenas, como os Awá, a tribo mais ameaçada do mundo".

Durante a entrevista Nixiwaka Yawanawá pediu ainda que o povo brasileiro também respeite a cultura e o espaços dos índios. "Nossa terra é a nossa moradia, a nossa casa. Ela é nossa amiga, nossa companheira. Temos muito respeito por nossa terra, e nós temos a responsabilidade de cuidar da nossa mãe terra", finalizou.

A data e o local do evento mundial não foram revelados pelo indígena.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Roberta Graf.



Produtores rurais protestam em frente ao Ministério da Justiça

SÍTIO REGIÃO NEWS, 12.12.2013

O movimento que iniciou na manhã desta quarta-feira (11), é liderado pela Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA).

Cerca de 50 produtores rurais de Mato Grosso do Sul se uniram a produtores de outros seis estados em frente ao Ministério da Justiça para protestar. Afetados pelos estudos de demarcação de terras da Fundação Nacional do Índio (Funai) os manifestantes reclamam da morosidade e omissão do Governo Federal nas decisões referentes aos litígios de terra. O movimento que iniciou na manhã desta quarta-feira (11), é liderado pela Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA).

Os produtores também aguardam o pronunciamento do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a respeito da desintrusão de sete mil produtores familiares, no Maranhão, agendada para 30 de dezembro. Naquela região a Funai pretende o despejo destes produtores, para que 33 indígenas possam ocupar a área.

Com apoio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), representantes de sindicatos rurais do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina participam do protesto e também aguardam posicionamento do Governo Federal sobre o despejo de produtores rurais da Suiá-Missu (MT), quanto a compra das terras na região da Fazenda Buriti em MS e sobre o fim das invasões por indígenas às propriedades privadas.

“Só quem está lá na ponta sabe o que é ter sua casa tomada, mas não vamos recuar enquanto não virmos a solução para a questão das novas demarcações. Vamos resistir a tudo que está sendo colocado a quem está puxando a economia desse país”, enfatizou o presidente da Famasul, Eduardo Riedel, durante audiência pública ocorrida hoje com os produtores rurais que participam do protesto em Brasília.

PEC 215

A Mesa Diretora da Comissão Especial formada para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215), que transfere do Executivo para o Legislativo a competência para aprovação de demarcação das terras indígenas, foi formada nesta quarta-feira (11) com acompanhamento do presidente da Famasul, Eduardo Riedel e dos parlamentares de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, Luiz Henrique Mandetta, Akira Otsubo e do senador Waldemir Moka.

Integra a Mesa Diretora da Comissão Especial como presidente, o deputado Afonso Florence (PT/BA), como primeiro vice-presidente o parlamentar Nilson Leitão (PSDB/MT), segundo vice-presidente Luis Carlos Heinze (PP/RS), terceiro vice-presidente Junji Abe (PSD/SP), e o relator Osmar Serraglio (PMDB/PR). A primeira reunião da comissão será no dia 17 de dezembro.